

Corte de 80% causa 24 AGO 1988 ESTADO DE SÃO PAULO revolta no Senado

O primeiro-secretário do Senado, Jutahy Magalhães (PMDB-BA), foi ontem pela manhã à tribuna para criticar violentamente o governo pelo corte de 80% imposto ao orçamento do Senado para 1989. Segundo ele, esta atitude é "uma falta de consideração para com outro poder", que os senadores não podem aceitar, na sua opinião.

De acordo com Magalhães, o corte de verbas só não atingiu as despesas com pessoal. "É como se imaginassem que assim não haveria protestos", comentou. "Mas um corte de 80% em todas as outras despesas, sem sequer ouvir as nossas razões, é uma falta de consideração." O senador disse que sua reclamação nem era em função da impossibilidade de se construir um novo edifício. "O Senado não pode é ficar sem recursos para cumprir as suas atribuições constitucionais", garantiu.

CRÍTICAS E ELOGIOS

Entre os ministérios, continua repercutindo o corte determinado pelo ministro João Batista de Abreu no orçamento de 1989. O Ministério da Administração não

se queixa: Aluizio Alves devolveu o documento para sugestões, sem apresentar nenhuma. E comentou: no seu setor, "os cortes foram bem feitos". Já os ministros militares não estão muito satisfeitos e, mesmo sem divulgar o índice de corte em seus ministérios, não se queixam só dos problemas que podem surgir para a "operacionalização da tropa", mas lembram também o baixo nível em que se encontram os soldados.

O Ministério dos Transportes foi um dos maiores perdedores: 75% da sua proposta original. Dos Cz\$ 570 bilhões pedidos, receberá apenas Cz\$ 134 bilhões. A saída encontrada é a privatização de serviços nos setores rodoviário, ferroviário e portuário. A Norte-Sul continua sendo prioridade, mas também deverá ser privatizada.

O Ministério da Irrigação é outra prioridade: não sofreu nenhum corte e terá Cz\$ 140 bilhões para seus projetos. A Operação Desmonte deverá cortar uma transferência de 60 milhões de OTNs (Cz\$ 11,89 bilhões em valores de agosto) para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).